

Serviço Social e Juventude: notas sobre a atuação profissional de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação

Social Service and Youth: notes on the professional performance of social assistants in the Federal Institutes of Education

Emmanuella Aparecida Miranda^{1*}, Rita de Cássia Pereira Farias¹², Lílân Perdigão Caixêta Reis²²

RESUMO

O presente trabalho aborda o papel dos Assistentes Sociais na Política de Educação, em especial nas equipes de Assistência Estudantil dos Institutos Federais e seus desdobramentos sobre a realidade de jovens e suas respectivas famílias. Desde o início das instituições voltadas para a formação de mão de obra de artífices do século XX, no Brasil, essas escolas tem partido de uma intervenção assistencialista, passando por fases e etapas que ora apresentam caráter conservador, ora germens de propositura de ruptura com o cenário característico da sociedade de classes. Nesse iterim, o trabalho dos Assistentes Sociais tem reverberado em movimentos de luta pela superação da ordem, apesar da atuação estar marcada por políticas setoriais. Para compreender como se dá o processo de produção do conhecimento nos termos apresentados, partimos da análise dos dados presentes nas pesquisas apresentadas no último Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS, 2018). Os resultados apontaram para a atuação dos Assistentes Sociais nos programas de assistência estudantil em nível superior, contudo, podemos localizar relatos de experiência na Rede Federal de Educação Profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; Juventude; Famílias; Prática Profissional; Institutos Federais

ABSTRACT

The present work addresses the role of Social Workers in Education Policy, especially in the Student Assistance teams of Federal Institutes and its consequences on the reality of young people and their respective families. Since the beginning of institutions aimed at training the workforce of 20th century craftsmen in Brazil, these schools have started with an assistance intervention, going through phases and stages that sometimes present a conservative character, sometimes seeds of a proposal to break with the characteristic scenario of class society. In this period, the work of Social Workers has reverberated in movements fighting to overcome the order, despite the action being marked by sectorial policies. To understand how the knowledge production process takes place in the terms presented, we start from the analysis of the data present in the research presented at the last National Meeting of Researchers in Social Work (ENPESS, 2018). The results pointed to the role of Social Workers in student assistance programs at a higher level, however, we can find experience reports in the Federal Network of Vocational Education.

Keywords: Social Service; Youth; Families; Professional Practice; Federal Institut,

1 Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Muriaé. *E-mail: emmanuella.miranda@ifsudestemg.edu.br

2 Universidade Federal de Viçosa

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da revisão de literatura do último Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (XVI ENPESS), ocorrido em 2018, publicado no site da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). O evento conta com programação bianual que possibilita a articulação e a troca de experiências no campo da pesquisa, extensão e ensino entre acadêmicos da graduação e pós-graduação. Esses encontros são espaços fundamentais para realização de debates que se convertem em etapas de capacitação uma vez que se ancoram em dinâmicas de reflexão sobre as produções científicas, teóricas e práticas da profissão Serviço Social.

A pesquisa primou por focar em artigos que desenvolvessem trabalhos associadas ao fazer profissional do Assistente Social no campo da Educação, principalmente ligados à juventude nos espaços de educação profissional. O recorte considerou os Institutos Federais em sua base de dados, assim como os descritores: Direitos Humanos e Família. Os resultados apontaram para a maior publicação do termos adolescentes, assistência estudantil e ensino superior o que, em análise inicial, chamou a atenção para a necessidade de conferência dos tópicos introdução e considerações finais como forma de rastrear, com mais profundidade, os temas para além dos títulos e palavras-chave.

Por meio do refinamento da pesquisa, buscamos avaliar em que medida se dá a atuação dos Assistentes Sociais em relação às demandas dos jovens estudantes dos Institutos Federais de Educação, avanços, impasses e possibilidades de atuação para além do quesito “bolsificação” como única condição de permanência para formação profissional.

Para o desenvolvimento deste trabalho, abordaremos o tema proposto em três sessões: introdução; desenvolvimento do tema juventude sob o prisma da etapa de desenvolvimento e como se constituiu como foco do trabalho do Assistente Social no cenário da Educação Profissional e Tecnológica (IFs).

JUVENTUDE, QUESTÃO SOCIAL? Uma reflexão sobre o sentido atribuído à juventude ao longo do tempo

Quando iniciamos nossa pesquisa, o termo mais comum que apareceu nos títulos dos artigos foi “adolescência”, seria essa fase uma etapa de maior relevância para estudos e mecanismos de intervenção social? Segundo Schoen-Ferreira *et al* (2010), o enfoque biopsicossocial é o marcador para a definição da adolescência, adotado tanto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), quanto pelo Ministério da Saúde do Brasil e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além dos documentos de atuação política, há o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como legislação específica, que define o adolescente como pessoa entre doze e dezoito anos de idade.

Contudo, ao traçar a “Adolescência através dos Séculos”, Schoen-Ferreira *et al* (2010) revela que somente ao longo do século XIX, essa fase passa a ser vista com diferencial, sendo temida pelo potencial ofensivo à sociedade. Com o aprofundamento dos estudos ao longo dos séculos XX e XXI, e especial contribuição da Antropologia Social, a adolescência passa a ser concebida como construção social, marcada por transformações no campo das relações sociais e de produção, na qual as famílias assimilam as mudanças culturais.

Tendo por base o entendimento que o termo adolescência é uma construção social, ocorrida de formas diferentes, conforme as relações culturais de cada tempo e lugar, podemos identificar nessa fase a maior intervenção de políticas públicas como mecanismo de atuação em prol da defesa dos direitos desse público, assim como, por outro lado, uma forma de controle social. Tanto as contribuições científicas quanto os movimentos de contracultura (contestação do padrão de sociabilidade) acarretaram ao Estado Brasileiro novas formas de promover políticas que assegurassem proteção social a essa fase de desenvolvimento.

Em 13 de julho de 1993, foi sancionada a Lei 8.069 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente e, somente vinte anos mais tarde a Lei 12.852/2013 estabelece o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Nesta legislação, a população jovem é considerada a partir da idade de quinze até vinte e nove anos, devendo se ater ao critério da proteção integral quando se tratar da faixa de 15 até 18 anos, quando se aplica o ECA.

Buscando referenciar o sentido das políticas públicas voltadas para a juventude, Sposito e Carraro (2003) salientam a necessidade de “reinvenção da esfera pública” no sentido de incluir a juventude não só nos formatos das políticas públicas, mas no diálogo

com os próprios jovens para elaboração de mecanismos que atendem as demandas dessa população: “é preciso avançar para além das doutrinas de segurança pública e de assistência social” (p. 37), ou seja, é fundamental compreender que não se trata de criação de políticas para contenção da subversão ou por temer ao potencial ofensivo dessa faixa populacional; ainda, não se trata de ações de atendimento às condições de carência econômica ou por origem social no eixo mais pobre da sociedade. Trata-se pois, de uma ação de inclusão social, política e econômica, buscando ampliar as formas de participação social nos mecanismos de tomada de decisão e não como receptores finalistas de ações pensadas arbitrariamente por políticos desconectados com a própria experiência de juventude.

Não obstante, o Estatuto da Juventude apresenta como princípios que regem as políticas públicas (Lei n.º 12.852, art. 2º):

- I- promoção da autonomia e emancipação³ dos jovens;
- II- valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III- promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV- reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V- promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI- respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII- promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII- valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Segundo o Estatuto, a vertente do “vigiar e punir”⁴ comum ao longo dos séculos - e ainda adotada pela perspectiva conservadora - migra o foco para o âmbito da participação social e política. Busca-se romper com o assistencialismo, muito embora as políticas sociais permaneçam com o duplo caráter para atendimento aos direitos

3 A categoria emancipação é tratada nos estudos de Karl Marx a partir da perspectiva humana e política. A partir do texto “Sobre a Questão Judaica”, Marx discute a necessária luta do proletariado contra o sistema de exploração do homem pelo homem, avançando para o estágio de autonomia humana, que, por sua vez só será possível com o fim do projeto da sociedade burguesa.

4 A obra “Vigiar e Punir” de Michel Foucault, publicada em 1975, apresenta a similitude entre escola e presídio, desde sua forma arquitetônica a sua constituição pedagógica moral. Nesse aspecto a escola passa a ser um aparato adestrador, movida pela individuação do corpo discente, sempre pela estratégia disciplinadora punitiva frente às ameaças de ruptura com o padrão comportamental instituído.

historicamente conquistados e como forma de aplacar os movimentos contra-hegemônicos (BEHRING e BOSCHETTI, 2008).

Compreender a participação da juventude nos rumos de desenvolvimento do país implica em considerar o sentido do protagonismo de todo o conjunto das diversidades que compõem esse público. Portanto, ouvir, abrir espaços de falas e construção de caminhos para todas de decisão são imprescindíveis para o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com o movimento social da juventude. Conforme Freire:

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las, e se não os escuto, não posso falar *com* elas, mas a elas, de *cima para baixo*. Sobretudo, me proíbo entendê-las. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso *escutá-lo* ou *escutá-la*. O diferente não é o *outro* a merecer respeito, é um *isto* ou *aquilo*, destratável ou desprezível (FREIRE, 2015, p. 118).

O direito de participação social pressupõe a superação de velhas práticas de falar de cima para baixo. Paulo Freire (2005) ao resgatar a dialogicidade, inscreve a diversidade como patrimônio social, expressão da autonomia como mecanismo de inclusão.

Silva e Ximenes (2019) apontam para a “necessidade de se repensar as intervenções e a práxis psicossocial com os jovens pobres, cabendo-nos escutá-los e construir juntos caminhos efetivos em direção à transformação social” (p.13). Nesse sentido, o resultado de suas pesquisas explicita que “as juventudes têm potenciais de inventar novos modelos de participar da sociedade, produzir intervenções políticas e criar suas próprias estratégias de enfrentamento às privações cotidianas” (p.1).

Analisar os caminhos de inserção dos jovens nas políticas públicas permite compreender em que grau se concebe a juventude como “problema” ou como “perspectiva de futuro”. Na primeira situação, verificamos que a adolescência, enquanto categoria teórica, transitou do não reconhecimento como etapa de desenvolvimento peculiar até os atuais marcos da observância da proteção integral. No histórico da política de educação profissional que demarcou o surgimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com gênese das primeiras Escolas de Aprendizizes Artífices (Decreto-Lei n. 7.566/1909), encontramos nos escritos de Fonseca (1961), obra denominada “História do Ensino Industrial no Brasil”, a indicação de que essas escolas eram destinadas aos desvalidos da sorte, como mecanismo de ocupação para evitar a

chamada vadiagem e a mendicância. A indicação dessas escolas para esse público remonta do período colonial, quando se destina a índios e escravos o trabalho manual.

Vem, pois, dos primeiros tempos de nossa civilização a mentalidade do desprezo pelos trabalhos que requerem o uso das mãos. Agravaram-na o fato de ter sido o desempenho das profissões manuais entregues aos escravos e o ensino de ofícios ministrados aos índios e africanos, enquanto ao de humanidades era destinado a uma camada mais elevada da sociedade (FONSECA, 1961, p.19).

Ao indicar o público-alvo dessas escolas, Fonseca (1961) apresenta a continuidade do pensamento acerca do sentido da educação voltada para as camadas pobres da população o que, também, é retratado por Enguita (1980) no livro “A face oculta da escola”:

A fábrica e o trabalho assalariado foram desde o primeiro momento coisas indesejáveis para a população europeia, em parte como produto de uma cultura que, tendo-se recém libertado da servidão, identificava o trabalhar para outro com a dependência. [...] Em Princípios da Idade Moderna a concentração de operários dentro das oficinas operou-se em parte por meio coercitivos [...]. A prática de trabalhos forçados encontrou fácil carne de canhão em toda sorte de vagabundos, mendigos, órfãos, etc. [...] Entretanto, foi no desenvolvimento das manufaturas que converteu definitivamente as crianças na guloseima mais cobiçada pelos industriais: diretamente, como mão de obra barata, e indiretamente, como futura mão de obra necessitada de disciplina (1980, p. 33, 38, 109).

Enguita (1980), destaca a leitura moralista, autocrática e, por vezes, destituída de humanidade no trato aos desprovidos de poder e meios de se defenderem das imposições impetradas pelas organizações dominantes da sociedade na Idade Moderna. Ainda, salienta como esse mecanismo de obtenção de mão de obra atendia aos interesses da indústria em desenvolvimento. Por outro lado, podemos inferir sobre como essas ideias encontraram terreno fértil no Brasil do início do século XX por meio das Escolas de Aprendizes Artífices. Se, em primeira instância, essas escolas abarcavam a mão-de-obra de crianças e jovens para a indústria que despontava, por outro se convertia em processos disciplinadores e mesmo espaço da conversão higienista para o novo cenário de desenvolvimento do país.

A juventude contida, desde o início da infância, percebida até então pelo viés moralista como capital humano propenso ao desequilíbrio da organização social, era enquadrada nos termos da ordem e dos bons costumes. Por essa leitura, podemos

compreender como a adolescência e a juventude se converteram em uma das expressões da questão social, deixando os marcos exclusivos do pauperismo e adentrando a leitura social a partir da consolidação da fase monopolista do capital.

Sendo a questão social o objeto de estudo do Serviço Social, matéria-prima sob a qual se debruçam os esforços de intervenção do profissional, encontramos no trabalho com a juventude uma das dinâmicas de atuação em direção à emancipação humana.

Percebemos que ao destacar o termo adolescência, há o duplo impacto das Leis 8.069/93 e 12.852/2013, o que demanda maior empenho profissional sobre a faixa de atenção aos jovens adolescentes dos quinze aos dezoito anos; faixa esta em que se concentra a população estudantil dos cursos profissionais de ensino técnico integrado dos Institutos Federais. Assim, nos perguntamos, como tem sido as experiências de Assistentes Sociais do campo da Educação nos espaços dos IFETs? Sobre essa questão, destacamos o tópico seguinte, buscando compreender os mecanismos de atendimento e intervenção apresentados nos artigos selecionados no site da ABEPSS em relação à última publicação dos Anais do ENPESS, realizado em 2018.

Quadro 1- Dados das publicações por título, autoria, data, método utilizado

Título	Revista/ Periódico	Autoria/ Data	Método Utilizado	Enfoque do trabalho
A educação profissional como política pública de formação de jovens para o mercado de trabalho.	ANAIS XVI ENPESS	Rodrigo Silva Lima 21/05/2019	Pesquisa documental e bibliográfica de abordagem qualitativa	“apresentar a estreita relação que a juventude assume com a educação profissional e os desafios postos para a efetivação da política de profissionalização”
Juventude e Serviço social: condições de vida e cotidiano dos universitários	ANAIS XVI ENPESS	TAQUETI et al 21/05/2019	Estado da arte	“mapear e discutir a produção acadêmica do Serviço Social sobre juventude publicada em periódicos e comunicações em anais de congressos e encontros de caráter nacional”
Diálogos sobre e com juventudes	ANAIS XVI ENPESS	Henrique Meneses Ribeiro	Relato de experiência	“projeto de extensão universitária, diálogos sobre e com juventudes, voltado à

		21/05/2019		promoção de espaços dialogados que articulem temas como juventude, políticas sociais, participação social e os direitos”.
Das ações assistenciais à Política de Assistência Estudantil: a permanência estudantil na Rede Federal de Ensino Brasileira: um estudo de caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	ANAIIS XVI ENPESS	Rita de Cássia Cristino Marcos Rissi 21/05/2019	Estudo de caso	Relaciona a Política de Assistência Estudantil às demais políticas setoriais de Assistência Social
O acesso não se limita ao ingresso: Assistência Estudantil e ações do Serviço Social no Instituto Federal do Rio de Janeiro	ANAIIS XVI ENPESS	Larissa de Moura Paquiella; Isabela da Silva Gomes 21/05/2019	Relato de experiência	Discute a ação do Serviço Social na Política de Educação – experiência de estagiárias em projeto de extensão
Política de Assistência Estudantil no contexto amazônico: discutindo permanência e êxito junto aos discentes do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) – Campus Parintins	ANAIIS XVI ENPESS	Jéssica Reis Marinho; Neuriane de Castro Mendes 21/05/2019	Análise documental	Análise das condições de permanência e êxito a partir da Política de Assistência Estudantil
Considerações a respeito do trabalho do Assistente Social nos Institutos Federais de educação: principais requisições e perfil profissional	ANAIIS XVI ENPESS	Edna Maria Coimbra de Abreu 21/05/2019	Análise documental a partir de aplicação de questionários	Expansão da Rede profissional e inserção dos Assistentes Sociais

Expansão Ifetiana no Brasil: componentes do processo de precarização do trabalho de Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	ANAIS XVI ENPESS	Lígia Nóbrega da Fernandes 21/05/2019	Revisão de Literatura	Impactos da contrarreforma do Estado no cenário neoliberal sobre a expansão dos Ifets
O trabalho dos Assistentes Sociais na Educação Profissional e Tecnológica: as ações desenvolvidas no cotidiano institucional	ANAIS XVI ENPESS	Edna Maria Coimbra de Abreu 21/05/2019	Análise de Tese de Doutorado	Requisições para o Serviço Social na Educação profissional e Tecnológica - Ifets
O Exercício profissional do/a Assistente Social na Política de educação: desafios e possibilidades na educação profissional e tecnológica	ANAIS XVI ENPESS	Soraide Isabel Ferreira 21/05/2019	Relatos parciais da pesquisa	Analisar as demandas e respostas profissionais de Assistentes Sociais
A contribuição do Serviço Social na Educação: relatos de experiência sobre cidadania no PRAEI, no IFPI, Campus Floriano	ANAIS XVI ENPESS	MIRANDA et al 21/05/2019	Relato de Experiência	Experiência de oficina socioeducativa realizada pelo SS com estudantes do curso de edificações
Os sentidos da educação para a população excedente, o ingresso dos “mais pobres” nos cursos de formação inicial e continuada do IFRJ	ANAIS XVI ENPESS	Lucilia Carvalho da Silva 21/05/2019	Pesquisa de doutoramento	Assistencialização como mecanismo de alívio da pobreza.
Acesso e permanência das juventudes no Ensino superior: contrações e	ANAIS XVI ENPESS	SCHERER et al 21/05/2019	Enfoque misto: questionário e grupos focais	Analisa a precariedade da permanência entre jovens de universidades particulares

possibilidades diante do avanço neoliberal				
Fortalecendo a autonomia, a liberdade e a garantia de direitos de adolescentes surdos do IFS-Fortaleza	ANAIS XVI ENPESS	AZEVEDO et al 21/05/2019	Apresentação de dados de projeto de extensão	Importância da atuação do serviço Social na educação de pessoas surdas.
O exercício profissional do Assistente Social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na Assistência Estudantil	ANAIS XVI ENPESS	Fabricia Dantas de Souza 21/05/2019	Artigo de Dissertação de Mestrado	Analisa a dimensão educativa do SS nas relações de trabalho nos Institutos Federais.

Fonte: Miranda; Farias; Reis (2022)

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS EM DEBATE: análise das intervenções de Assistentes Sociais nos Institutos Federais.

Ao iniciarmos o processo de reflexão sobre o trabalho de Assistentes Sociais na Educação, com recorte nos Institutos Federais, almejamos diagnosticar de que forma o Projeto Ético político da Profissão é materializado junto às juventudes matriculadas nos cursos ofertados pela Rede Tecnológica Federal. Ou seja, quais são as estratégias empregadas para o acesso, permanência, desenvolvimento das habilidades que reconhecem a “liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”⁵ e “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”⁶.

Segundo a Lei de Diretrizes da Educação, n.º 9.394/1996 em seu artigo primeiro “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, devendo estar

5 Princípio Fundamental I do Código de Ética do/a Assistente Social

6 Princípio Fundamental II do Código de Ética do/a Assistente Social.

articulada ao mundo do trabalho e à prática social. Verificamos a consonância desse dispositivo ao artigo 205 da Constituição Federal de 1988 que define a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho”.

Seguindo por esta linha legislativa, destacamos a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vinculada ao Ministério da Educação, criando os Institutos Federais com os seguintes objetivos:

- I- ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas de educação profissional e tecnológica;
- III- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV- desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI- [...] (Lei n.º 11.892, 2008, art.7º)

Combinados esses objetivos, tem-se uma percepção do alinhamento aos movimentos em prol de uma educação que visa a emancipação social por meio de práticas calcadas na reflexão e na produção de conhecimentos que possam interferir nas realidades locais e regionais. Segundo Pacheco (2011), a educação deve estar alinhada à luta por inclusão social das esferas das camadas menos atendidas, primando pela igualdade social, política e econômica. Isso, por sua vez, exige o comprometimento dos intelectuais que partam de uma leitura crítica sobre o mundo do trabalho, adensando processos democráticos e de enfrentamento à exclusão e às desigualdades sociais.

Nesse cenário educacional que possibilita o germinar de uma nova identidade educacional, para além do retrato estancado da educação formatada para servir ao capital, trabalhar questões relacionadas ao mundo do trabalho pressupõe superar a dicotomia do trabalho intelectual e manual, como apresentada na segunda parte desse trabalho. Dessa forma, o espaço educacional dos institutos federais possibilita uma ampliação das ações

de profissionais da área técnica, justamente na perspectiva do trabalho que envolvem os objetivos III e IV citados anteriormente.

Além disso, A Base Nacional Curricular Comum na competência 6 que trata de “trabalho e projetos de vida”, busca desenvolver a compreensão sobre o mundo do trabalho, considerando essa categoria como capaz de projetar, característica teleológica do ser social. Portanto, não se resume a projetos de orientação profissional, incluem essas perspectivas, mas não se esgotam nelas.

Dessa forma, partindo para os apontamentos dos artigos analisados, buscaremos identificar propostas profissionais de Assistentes Sociais em suas dinâmicas interventivas. Em outro ponto apresentaremos artigos que, de uma forma ou de outra, mesmo não relatando experiências diretas de Assistentes Sociais na Rede Profissional, nos ajudam a pensar o que pode ser feito a partir das prerrogativas do trabalho multidisciplinar, dentro e fora da Assistência Estudantil, em instituições públicas ou privadas voltadas a cursos superiores.

ARTIGOS DIRETAMENTE RELACIONADOS À ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL

A experiência apresentada por Rissi (2019) aborda o papel da pesquisa como sequência do desenvolvimento do mestrado. A autora busca compreender a relação entre política de assistência estudantil com a política de assistência social, avaliando aproximações, complementariedades, alertando para a não substituição de uma por outra ou mesmo pela “opção”. O artigo é um instrumento que possibilita avaliar os efeitos macro e micro que as políticas públicas repercutem na realidade dos estudantes e suas famílias. Embora o Programa Nacional de Assistência Estudantil seja apresentado como central ao contexto da Assistência Estudantil, a autora resgata a “posição do Estado brasileiro para alargar sua intervenção nas manifestações da ‘questão social’” (p.9). Apesar da menção à matéria-prima do Serviço Social, ainda há o recorte de renda como mecanismo de focalizar as formas de atendimento, ou seja, o foco permanece na atuação junto aos trabalhadores pobres.

A experiência da pesquisa no espaço do Instituto Federal do Rio de Janeiro retrata o panorama de acolhimento por meio das vias de transferência de renda tanto por programas de amplitude social nacional (BPC-LOAS), quanto no espaço restrito da Educação Federal, concluindo que não cabe à escola suprir todas as necessidades sociais

e humanas básicas de seu alunado, quiçá a superação da pobreza. Assim, a política de assistência estudantil não pode ser vista como única estratégia de apoio acadêmico.

Outro trabalho, também realizado no Instituto Federal do Rio de Janeiro, é apresentado por Paquiella e Gomes (2019). As autoras discutem “a atuação do serviço social na política setorial de educação, a partir do relato de experiência sobre o projeto de intervenção proposto por estagiárias do serviço social” (p.1). A análise contempla as experiências formativas de estagiárias na execução de projeto de extensão. Este, por sua vez, foi direcionado à compreensão das necessidades e expectativas dos estudantes secundaristas, tendo como ponto de partida a escuta atenta as suas falas. Colocaram à prova o caráter pedagógico da profissão para a promoção de espaços de debate e reflexão. Contudo, para a realização, desenvolvimento e avaliação do projeto se depararam com a contínua burocracia presente na gestão das atividades desenvolvidas no setor de Coordenação de Assistência Estudantil.

Segundo as autoras, a construção de projetos voltados à escuta dos estudantes esbarra tanto no avolumamento das demandas da instituição quanto nos processos de conquista de espaços de fala. Outros pontos levantados: observou que o retorno do conservadorismo tem se revertido em verdadeiras arenas de resistência ao desenvolvimento de projetos que abordam temas tidos como “subversivos” na escola; a revitalização do familismo associado à cultura da pseudoneutralidade escolar, tem, em dada medida, dificultado e distorcido a importância de trabalhar temas fora do sentido restrito do campo do ensino – foco conteudista.

Marinho e Mendes (2019) também discutem a política de assistência estudantil no espaço do Instituto Federal do Amazonas – Campus Parintins. Buscando avaliar o processo de permanência e êxito junto aos discentes, adotam uma metodologia de trabalho com grupos, as autoras investigaram os efeitos do PNAES junto a estudantes atendidos pelo programa e aqueles não atendidos, para fins de comparação. A modalidade analisada é a que assegura suprimento de necessidades socioeconômicas aos estudantes em situação de vulnerabilidade. Os recursos, portanto, são considerados fatores que contribuem para a permanência e êxito “uma vez que os auxílios servem de incentivo e apoio na mitigação

de suas necessidades mais imediatas, como: transporte⁷, alimentação, custeio com material didático, custeio de alugueis, auxílio creche” (p.10).

Para Abreu (2019), avaliar as requisições profissionais e o perfil dos Assistentes Sociais que atuam na Rede Profissional e Tecnológica, significa apurar o comprometimento da profissão com a própria ampliação dos Institutos Federais:

Identificou-se como principal requisição para os Assistentes Sociais nesses Instituições as ações relativas à dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, decorrentes da institucionalização da Política Nacional de Assistência Estudantil e que possui como uma forma de materialização, a implementação do programa Nacional de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino (p.17).

Em análise mais detalhada, a pesquisadora indica que as contribuições do Assistente Social nesse espaço sócio ocupacional devem estar articuladas tanto com as demandas institucionais quanto ao sentido de ser da profissão. Além disso, articula a dimensão investigativa tanto para realização de estudos socioeconômicos como parte dos processos seletivos, quanto para a contínua análise das realidades em que estão imersos os estudantes e suas famílias. O desvelamento da concreticidade da vida é parte integrante desses estudos que devem abordar relações para além do imediatismo de políticas setoriais. No desenvolver do artigo, a autora associa à dimensão pedagógica como intrínseca à prática profissional, haja vista serem requisições presentes no cotidiano profissional as ações voltadas para a assistência estudantil, orientação aos estudantes e demais atividades socioeducativas, envolvendo, portanto, alunos, famílias e trabalhadores. Quanto ao perfil dos assistentes sociais que atuam na Rede Profissional e Tecnológica, a maioria é do sexo feminino, com formação em instituição pública e com menos de 10 anos de formação, e apenas um terço possui mestrado. Em relação à formação por meio de cursos de capacitação ofertados pela própria categoria ou outras

7 De acordo com a Constituição Federal de 1988, “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Já na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consta em seu Art.70, inciso VIII - “aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar”. Assim, direitos básicos já são considerados para além da Existência do PNAES, muitas vezes ficando a cargo deste suprir demandas que deveriam ser acolhidas interdisciplinarmente pela conjugação de esforços dos operadores das políticas públicas.

áreas, 94,3% participaram nos últimos cinco anos, incluindo apresentações de trabalho por parte de 49,5%.

As considerações de Abreu (2019) revelam uma crescente inclusão dos assistentes sociais nos IFs, por meio do processo de expansão da Rede, contudo, o tom do trabalho nessas instituições não deve se limitar às requisições da parte empregadora, mas articular competências e atribuições privativas, resguardada a autonomia para a tomada de decisões de como intervir sobre o que de fato se destina ao Serviço Social: as expressões da questão social que deságuam na escola. Da mesma forma: “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”, conforme art. 4º do Código de Ética do/a Assistente Social.

Fernandes (2019), ao tratar da expansão dos IFs, articula expansão e precarização, associando os processos de crise do capital às transformações no mundo do trabalho que, sobremaneira, tem efeitos sobre o fazer profissional de Assistentes Sociais nos Institutos Federais.

Isso significa dizer que, - embora o Serviço Social empreenda esforços para embasar suas ações no Projeto Ético-Político, no Código de Ética de 1993, na lei de regulamentação da Profissão e Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996, - os princípios moventes da contradição, historicamente, são – e continuam sendo -, movidos pela necessidade de controle social e pulverização de conflitos ante as desigualdades sociais, sendo estes, aliás, um dos elementos ideológicos regentes da expansão do mercado de trabalho socioprofissional dos assistentes sociais a partir de 2008, quando da expansão dos IFET's na realidade brasileira (p.8).

Os esforços para por em prática o serviço qualificado por meio da intervenção profissional esbarram em diversos entraves da vida intra e extraescolar dos estudantes. Salienta a autora que situações relacionadas ao desemprego, violência doméstica, dependência química e tráfico de drogas, situações críticas de saúde, gravidez na adolescência, condições insalubres de moradia, endividamento e restrições no orçamento familiar (FERNANDES, 2019) impactam as condições de permanência dos estudantes e implicam em respostas cada vez mais imediatistas. A pressão por mais respostas e cada vez mais rápidas, seja por cobrança dos usuários ou mesmo dos gestores, acaba por transmutar ao trabalho dos Assistentes Sociais em condições de precariedade que afetam o mundo do trabalho. O trabalho intelectual passa a ser devassado por mecanismos

rotineiros me alienantes, tecnocratas e gerencialistas que obscurecem as reflexões sistemáticas do trabalho coletivo e orgânico da profissão.

Também Abreu (2019^a), ao identificar as ações desenvolvidas no cotidiano institucional da Rede Federal, destaca a sistematização da prática de assistentes sociais em quatro eixos: Assistência Estudantil, processo socioeducativo, orientação/acompanhamento/encaminhamento de estudantes, assessoria a pais e organizações estudantis. Essa forma de organizar o trabalho amplia as condições de materialização do projeto ético-político da profissão, embora não descaracterize os contínuos rebatimentos de ordem mundial do modo de produção capitalista sobre as dinâmicas interventivas.

Os desafios e possibilidades ao serem abordados por Ferreira (2019), no contexto do Instituto Federal de Mato Grosso, ratificam as dificuldades percorridas, contudo, pela prática do planejamento e sistematização da prática profissional, é possível diagnosticar duas frentes de trabalho. A primeira diz respeito aos estudantes como dificuldades em relação à aprendizagem, conflitos entre professores e alunos; faltas reiteradas; alimentação escolar; condições de permanência; assistência estudantil; orientação estudantil; abandono afetivo; racismo e bullying. A segunda frente de trabalho se destina ao trabalho com as famílias dos educandos, ou seja, reflexos das vulnerabilidades familiares repercutem no modo de ser e estar na escola (doença na família, violência doméstica). A partir dessa percepção, os profissionais do serviço Social conceberam a necessidade de ampliar a visão e as formas de intervenção para além dos atendimentos individuais ou “problemas individuais”, conectando a vida dentro da escola aos dilemas que invadem os contextos sociais, políticos e econômicos nas famílias.

Para Ferreira (2019), não basta a atuação do Assistente Social no Programa de Assistência Estudantil, antes é preciso

[...] uma discussão mais ampla por parte da categoria profissional sobre o exercício profissional do/a assistente social na educação, pois não podemos reduzir a atuação desse/a profissional à instituição da política de Assistência estudantil. Embora essa seja uma das dimensões de intervenção profissional, não deve ser vista como única (p.17).

Ao avaliarmos as conclusões da autora, percebemos a urgente e necessária compreensão das diferenças entre Política de Assistência, Programa de Assistência Estudantil e atuação profissional do Assistente Social. Embora sejam palavras com

semelhança, não resumem suas finalidades em um único bloco. Assim, devemos refletir, é possível ao Assistente Social da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica trabalhar sem estar inserido no Programa de Assistência Estudantil, é possível atuar fora da Política de Assistência Estudantil? A resposta para isso foi apontada no artigo de Ferreira (2019) ao indicar a necessária reflexão com a categoria profissional sobre sua inserção na rede federal. Por mais que as justificativas estejam atreladas à expansão da rede e ao movimento por atendimento dos estudantes pobres que lutam pelo direito de acesso e permanência na Educação, essa é a única razão para, na atualidade, mantermos a justificativa anterior como atual?

Outra contribuição sobre a presença do Serviço Social nos Institutos Federais é apresentada por Miranda *et al* (2019) a partir do relato de experiência de oficina socioeducativa no campus Floriano – Instituto Federal do Piauí –, cujo público-alvo foram alunos da modalidade técnico integrado participantes do Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante (PRAEI). O trabalho desenvolvido corrobora com a questão anterior ao destacar que é possível vida profissional fora da Assistência (seja como política ou programa). O tom das ações profissionais é dado pelo próprio assistente social a partir do amplo recrutamento de dados do universo em que atua. Podemos inferir que o acesso não é sinônimo de entrada, mas de direito de participar do quinhão da riqueza culturalmente produzida, ou seja, patrimônio intelectual de toda humanidade. Em especial, podemos destacar que o processo de acolhida não se resume da recepção de calouros ou veteranos, mas na abertura de espaços coletivos de trocas de saberes orientadas pelos princípios do “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (Código de Ética do/a Assistente Social, 1993).

Por fim, para além de ações voltadas à contenção da pobreza pela via da transferência de renda e da “bolsificação”, verificamos em Silva (2019) o estudo realizado com estudantes do Instituto Federal do Rio de Janeiro, dos cursos de formação inicial e continuada (FIC), isto é:

[...] cursos sem o objetivo de elevação da escolaridade. Pelo recorte destas ofertas educativas, o público que delas faz uso são trabalhadores informais, desempregados e subempregados de toda a sorte que recebem dos Institutos uma oferta educativa aligeirada, mas que trazem como chancela a boa fama da qualidade da educação historicamente ofertada pela rede federal (p.7).

A autora retrata o perfil dos estudantes do FIC a partir da condição de massa sobrando, precarizada e excedente em sua relação com o trabalho (emprego formal), público-alvo da Política de Assistência Social e Previdência (para os casos de cobertura por contribuição ao seguro-social), baixo nível de escolaridade e ausência de participação política organizada. A faixa etária com maior destaque compreende alunos de 15 a 19 anos de idade; com predominância de autodeclarados não brancos (60%). A condição de renda mais frequente é a declarada até 02 salários mínimos (71,255%).

O caótico universo da pauperização, característica do público do FIC, e da crença da necessária capacitação aligeirada como forma de driblar o desemprego e/ou obtenção de ganhos para a vida diária, reforçam o sistema de ideias de que basta o acesso à formação, a uma educação que guarde em si o status do local ofertante, como recurso de superação das condições empobrecidas e vulnerabilizadas. O discurso da educação salvacionista ganha destaque nesse estrato da população que não vê outro meio para mudança em seus padrões de acesso e consumo.

Por outro lado, uma vez tendo a oportunidade de adentrar espaços historicamente restritos aos mais aptos, vislumbra-se a ideia de é possível acessar uma educação de qualidade, de que há luz ao fim do túnel. Em outras palavras, mesmo sendo cursos de curta duração, sem intenção de elevação do nível de escolaridade, a presença do público - historicamente, alijado das oportunidades educacionais e dos meios de usufruir dessas oportunidades - abre caminhos para educandos e educadores possam considerar que, conforme Paulo Freire, o inédito pode ser viável.

OUTRAS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

O artigo “O exercício profissional do Assistente Social na Educação Superior: a particularidade da dimensão educativa na Assistência Estudantil, de Souza (2019), revela que essa dimensão apesar de estar presente nas práticas profissionais do cotidiano da profissão, ainda se apresentam tímidas devido à sobrecarga de trabalho e a insuficiência de Assistentes Sociais nas Instituições Federais do Ensino Superior no Rio Grande do Norte. O trabalho revela os entrelaces do avanço da política neoliberal e precarização das relações de trabalho que impactam, inclusive, no trabalho de Assistentes Sociais que se vem com “dificuldade de romper com a competência burocrática” (p.1). Apesar de a

assistência estudantil ser o locus do trabalho desses profissionais, a atividade educativa ou seu potencial crítico-reflexivo fica à mercê do cômputo de ações administrativas voltadas para programas de bolsificação. Ou seja, não conseguem romper com o direcionamento restritivo de processos de seleção com foco na transferência de renda .

O trabalho de Scherer *et al* (2019) enfoca as experiências das juventudes no processo de acesso e permanência na Educação Superior em unidades particulares de ensino. O destaque é dado à condição financeira como parâmetro de entrada e que vão impactar no progresso dos estudos e na permanência acadêmica. A limitação financeira que viabilizou a entrada por meio de políticas de acesso como PROUNI e FIES, apresenta-se restritiva à permanência, uma vez que as despesas com transporte, alimentação e moradia se revelam empecilhos concretos no dia a dia do estudante. Outro fator de destaque diz respeito às convivências interpessoais, apesar da existência dos conflitos típicos da diversidade geracional no conjunto das famílias, os dispêndios emocionais são evidentes, tanto marcados pelos arranjos familiares que possibilitam ou não a apropriação dos conteúdos acadêmicos; quanto pelas articulações estudantis que afrouxam ou fortalecem os laços de solidariedade entre os estudantes. Apesar da maior abertura ao acesso em cursos superiores pela classe trabalhadora, verificamos contradições em relação ao fortalecimento ao acesso e permanência nas universidades públicas. Assim nos perguntamos, a quem interessa as ações de apoio ao ingresso nas faculdades/universidades particulares?

Quando buscamos aproximar o tema juventude e educação, nos deparamos com trabalhos que enfatizam experiências por meio de projetos de extensão universitária que primam por abrir espaços de diálogos com esse público. O artigo “Diálogos sobre e com juventudes” de Taqueti *et al* (2019) corrobora com a prática de troca de saberes e a interação entre os diversos atores sociais. Aponta para a necessidade de intervenções de cunho educativo participativo, almejando a continuidade da reflexão e apropriação de conhecimentos que fortaleçam a relação universidade-sociedade, a partir dos debates sobre direitos juvenis previstos no Estatuto da Juventude. O artigo desperta a necessária contribuição de profissionais militantes da causa juventude, o que não limita ao Assistente Social essa função.

Em Lima (2019), o debate apresenta outra vertente, para além de profissionais atuantes, tem-se como ponto de partida a análise da percepção de jovens estudantes do curso de Serviço Social sobre suas demandas por políticas de permanência por meio de

“bolsas de assistência estudantil, residências universitárias e apoio nutricional em bandejões” (p.15). No entanto, cabe ressaltar que muito há que se conhecer sobre perfil estudantil, pois as ações de assistência estudantil não devem se limitar ao auxílio pecuniário ou serviços voltados para as camadas mais pobres, mas devem conceber a participação estudantil no lastro das políticas que possibilitam intercâmbios e reconhecimento dos movimentos que destacam as características de pertencimento por meio de associação. Em outras palavras, a assistência estudantil deve promover intervenções que fortaleçam a participação das organizações juvenis.

Ao mencionarmos a questão dos Projetos de Vida, tanto como competência presente na BNCC, reforçamos as vozes sobre formação para o mundo do trabalho em perspectiva crítica, pois não se trata da mera intencionalidade de capacitação para disposição de jovens como mercadorias ao mercado de trabalho, ou seja, finalisticamente o preparo para a subserviência às regras da oferta e procura por mão de obra. Ribeiro (2019), salienta a temática da juventude como questão social. Ora vista como população em explosão demográfica e que pelo quantitativa ofereceria riscos à ordem social pela sua condição de massa sobrando, restaria fortalecer o discurso da necessidade de capacitação para adentramento ao mercado de trabalho. Ou seja, a conquista de empregos estaria na conta dos próprios jovens que não se capacitando não estariam aptos ao mercado de trabalho. Por esta perspectiva, os jovens seriam os únicos culpados por sua situação econômica e ausência de participação remunerada no sistema de produção material da vida. Resta-lhes encucar a permanente necessidade de formação e de capacitação para o empreendedorismo como mecanismo de incorporação ao mundo produtivo.

Contudo, Ribeiro (2019) destaca a relevância da educação profissional como resposta do Estado em ação, promovendo por meio de políticas públicas a formação para inclusão produtiva. Retornemos aos objetivos da Educação Profissional quanto ao item V - “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional”. A política de educação profissional não se esgota no quesito empregabilidade, aliás, amplia-se ao destacar a emancipação social, ou seja, autonomia para participação política, social e econômica, seja gerando renda ou dinamizando mecanismos de produção que impactem positivamente a vida em coletividade. Afirma-nos o autor: “À juventude, portanto, deve ser oferecida além das oportunidades de profissionalização,

mas também oportunidades de se realizarem enquanto indivíduos que prescindem de uma educação não só para o trabalho, mas para a vida em sociedade” (p.12).

Azevedo *et al* (2019) apresentam como meio de atuação profissional a intervenção a partir do projeto de extensão universitária “Nada para nós sem nós: autonomia, liberdade e garantia de direitos das crianças e adolescentes surdos”. O público-alvo considerado foram estudantes surdos e suas famílias de uma instituição filantrópica. Apesar da equipe organizadora ser coordenada por professora de Serviço Social, não se pode contar com a presença de Assistente Social na instituição em que se deu o projeto, isso devido ao fim do contrato com a profissional no primeiro semestre de execução do projeto. Contudo, esse ramo de atuação demarca a necessária presença desse profissional para o desenvolvimento de ações de dimensão pedagógica no cotidiano da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos analisados apresentam leituras do universo do trabalho do Assistente Social na Educação: Rede Profissional e Tecnológica, Educação Superior Pública e Privada, Assistência Estudantil, Inclusão de Pessoas com Deficiência, Assistencialização/Bolsificação e Juventude.

Pensar a participação de Assistentes Sociais na Educação não é uma mera transposição de modelos assistenciais no espaço da educação. Antes requer conhecimento aprofundado das demandas institucionais, demandas da própria profissão e demandas do público usuário. Tudo isso traz para o assistente social a necessária avaliação da totalidade em que está imerso. Nesse cenário, adido das contradições da luta de classes, das desigualdades sociais características da sociedade capitalista e das mudanças no mundo do trabalho, promover a inclusão é mais que somar partes: acesso + permanência + êxito. Não se trata da conjugação de conceitos, mas da estratégia preliminar da investigação e da elaboração de mecanismos de intervenção que não se limitem ao trato da pobreza, ao seu alívio ou mascaramento das expressões da questão social pelo processo de transferência de renda.

A avaliação das condições conjunturais não pode perder de vista a estrutura sob a qual se ergue a sociedade regida pelo modo de produção material da vida. A maior parte dos artigos analisados retrata a atuação dos profissionais do Serviço Social atreladas ao Programa de Assistência Estudantil, reverberando a continuidade de práticas que não

produzem consciência de classe ou permitem a ponderação sobre desejos e possibilidades de projetar a própria vida para além dos imediatismos cotidianos.

E a juventude? Ou juventudes, como lidar com as diferenças de vida e de condições de apropriação das riquezas imaterialmente produzidas e reproduzidas no espaço da educação formal? Trabalhar em prol de uma formação profissional sem considerar a impossibilidade de absorção da força de trabalho na sociedade atual é mascarar o sentido da educação como direito e dispositivo de emancipação social. Daí a atuação dos assistentes sociais estar atrelada a vigilância epistemológica para o trabalho coletivo e com o coletivo dos usuários, abrindo espaços de debate e de falas dos jovens e para os jovens.

A educação formal dos Institutos Federais deve ser pautada no direito à participação social, portanto, organicamente elaborada para que esses jovens possam deslumbrar futuros e criar meios de acessá-los.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edna Maria Coimbra de. O trabalho dos Assistentes Sociais na Educação Profissional e Tecnológica: as ações desenvolvidas no cotidiano institucional. IN: **Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/index>

ABREU, Edna Maria Coimbra de. Considerações a respeito do trabalho do assistente social nos Institutos Federais de Educação: principais requisições e perfil profissional. IN: **Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/index>

AZEVEDO, Estênio Ericson Botelho de; HORA, Mariana Marques da; XAVIER, Rayanne Pires; ALVES, Jaiane Santos. Fortalecendo a autonomia, a liberdade e a garantia de direitos de adolescentes surdos do IFS-Fortaleza. IN: **Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/index>

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1980.

FERNANDES, Lígia da Nóbrega. Expansão Ifetiana no Brasil: componentes do processo de precarização do trabalho de Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. IN: **Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/index>

FERREIRA, Soraide Isabel. O Exercício profissional do/a Assistente Social na Política de educação: desafios e possibilidades na educação profissional e tecnológica. IN: **Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/index>

FONSECA, Celso Suckow. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: ETN, 1961.

LIMA, Rodrigo Silva. Juventude e Serviço Social: condições de vida e cotidiano dos universitários. IN: **Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/index>

MARINHO, Jéssica Reis; MENDES, Neuriane de Castro. Política de Assistência Estudantil no contexto amazônico: discutindo permanência e êxito junto aos discentes do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) – Campus Parintins. IN: **Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/index>

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MIRANDA, Jakelinne Lopes de Sousa; SOUSA, Patrícia Teles de Alencar; BORGES, Erika Aparecida de Araújo; NASCIMENTO, Lana Cristina Rodrigues do. A contribuição do Serviço Social na Educação: relatos de experiência sobre cidadania no PRAEI, no IFPI, Campus Floriano. IN: **Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/index>

PACHECO, Eliezer (org). **Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, São Paulo: Fundação Santillana, Editora Moderna, 2011.

PAQUIELLA, Larissa de Moura; GOMES, Isabela da Silva. O acesso não se limita ao ingresso: Assistência Estudantil e ações do Serviço Social no Instituto Federal do Rio de Janeiro. IN: **Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, de

2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/index>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

RIBEIRO, Henrique Meneses. A educação profissional como política pública de formação de jovens para o mercado de trabalho. IN: **Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/index>

RISSI, Rita de Cássia Cristino Marcos. Das ações assistenciais à Política de Assistência Estudantil: a permanência estudantil na Rede Federal de Ensino Brasileira: um estudo de caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do rio de Janeiro. IN: **Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/index>

SCHERER, Giovane Antonio; PERONDI, Maurício; DINIZ, Carolina Silva; BRUM, Denis Santos. Acesso e permanência das juventudes no Ensino superior: contrações e possibilidades diante do avanço neoliberal. IN: **Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/index>

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helana; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Adolescência através dos séculos. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, n. 26, 2010. Disponível em: <scielo.br/j/ptp/a/MxhVZGYbrsWtCsN55nSXszh/>

SILVA, Alexsandra Maria Sousa; XIMENES, Verônica Moraes. Políticas Públicas e Juventude: análises sobre o protagonismo juvenil na perspectiva dos jovens pobres. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais** 14(1). São João del-Rei, janeiro-março de 2019.

SILVA, Lucilia Carvalho da. Os sentidos da educação para a população excedente , o ingresso dos “mais pobres” nos cursos de formação inicial e continuada do IFRJ. IN: **Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/index>

SOUZA, Fabrícia Dantas. O exercício profissional do Assistente Social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na Assistência Estudantil. IN: **Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/index>

SPOSITO, Marília Pontes; CARRARO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** [on line]. 2003, n. 24, p. 15-39. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300003>>

TAQUETTI, Camila Lopes; SANTOS, Lourena Barbosa dos; MACHADO, Eliana Cristina Gusmão. Diálogos sobre e com juventudes. IN: **Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/index>

Recebido em: 18/11/2022

Aprovado em: 21/12/2022

Publicado em: 28/12/2022